

HABITAÇÃO SOCIAL E OS DESAFIOS DA CIDADE CONTEMPORÂNEA¹

Ana Beatriz Montanha Elias²
Prof^a Dr^a Rosana Lia Ravache³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo a discussão da arquitetura popular, a qual após o crescimento da urbanização e da população começou a ser estudada pelos Arquitetos, Urbanistas e poder público, para desenvolver estratégias de habitação que solucionassem a demanda significativa de construções populares. Para tal, foram criados projetos da habitação social com o intuito de ajudar os moradores urbanos a encontrar soluções viáveis e favoráveis economicamente, mantendo o controle da quantidade de habitações que seriam construídas sem levar em consideração a qualidade do que estava sendo entregue ao público. O resultado foi desastroso. Passaram a entregar moradias estruturalmente pobres, que desconsideravam o primordial para a população: o conforto e a segurança para as famílias que iriam ocupar o imóvel. Houve um pensamento favorável à economia, porém o conforto e a estabilidade social não foram observados.

Palavras-chave: Habitação social; Arquitetura popular; Moradia.

Abstract

This article aims to discuss popular architecture, which after the growth of urbanization and population began to be studied by Architects, Urbanists and public authorities, to develop housing strategies that would solve the significant demand for popular buildings. To this end, social housing projects were created with the aim of helping urban dwellers to find viable and economically favorable solutions, maintaining control over the quantity of housing that would be built without taking into account the quality of what was being delivered to the public. The result was disastrous. They began to deliver structurally poor housing, which disregarded the primary issue for the population: comfort and security for the families who would occupy the property. There was a favorable thought to the economy, but comfort and social stability were not observed.

Keywords: Social housing; Popular architecture; Home.

1 Artigo apresentado ao Univag – Centro Universitário, como parte dos requisitos da disciplina de Investigação Científica em 2020/1

2 Aluna do curso de Arquitetura e Urbanismo do Univag Centro Universitário – E-mail

3 Professora Orientadora Doutora em Geografia Urbana – Docente do Univag Centro Universitário – E-mail rosanaravache@gmail.com

Introdução

Este trabalho tem como objetivo revelar a precariedade da moradia popular no Brasil, cuja construção interfere na qualidade de vida de quem a habita, tanto pela escolha do modelo de projeto adotado, quanto pela localização.

A ideia é promover a discussão da arquitetura popular no Brasil e, através de materiais acadêmicos já desenvolvidos, apresentar novas propostas tanto para os projetos, considerando a qualidade dos materiais e durabilidade, quanto para a acessibilidade. O que se tem constatado até agora é um descaso com estes projetos de construção para uma faixa de público de baixo poder aquisitivo, paralelo ao fato das moradias serem disponibilizadas pelas prefeituras, em áreas que envolvem interesses imobiliários e, normalmente, muito afastadas do núcleo urbano, dificultando a mobilidade desta população que depende de meios de transporte precários.

Autores ligados à área da Arquitetura assim como Thais Siqueira, têm argumentado que o tema de moradia popular ainda se encontra em fase dos construção de seus paradigmas, chamando a atenção para a relevância de entender a relação entre a construção e a localização. Tendo em vista que a população brasileira ainda sofre com alto índice de desemprego, que leva grande parte dela a sofrer muito até ter acesso à moradia. Portanto, é importante rastrear onde estão os principais entraves que não permitem alavancar a construção de moradias em locais menos problemáticos.

Como essas moradias afetam as pessoas que as habitam?

Pelo que se tem observado, a falta de planejamento dos governos em relação a este tipo de moradia vem trazendo problemas não só para quem as recebe, como para o poder público porque precisam criar outra estrutura urbana que atenda às necessidades daquela população. Por outro lado, as pessoas de baixa renda se submetem à falta de infraestrutura por não terem outra opção de sobrevivência, principalmente nos grandes centros. O que deve ser questionado é o que fazer para melhorar a forma de morar dessas pessoas sem afetar os orçamentos públicos, ao mesmo tempo em que fossem propostas melhorias na qualidade de vida destas pessoas. É necessário, antes de mais nada, eliminar o conceito de quantificar em lugar de qualificar. O conceito de condomínios de casas populares pequenas, de má qualidade e sem conforto para seus moradores, precisa ser totalmente remodelado, buscando-se muito mais dar mais qualidade de vida para as famílias menos favorecidas. A

escolha do tema Arquitetura popular no Brasil se justifica, a partir da compreensão de que essas construções precisam ser analisadas para que possam ocorrer mudanças positivas, e esse projeto poderá contribuir para uma visão mais abrangente e crítica da moradia popular, para que de algum modo, possamos ter práticas construtivas e habitacionais que atendam melhor à população.

1. O que é projeto de habitação social?

Antes de ampliar este tema, é preciso compreender qual o objetivo da habitação social (fig.01). sem entrar no mérito do seu projeto partir de uma iniciativa pública ou privada, mas tendo sempre presente que o intuito básico é permitir o acesso da população de baixo poder aquisitivo à tão sonhada casa própria. Os imóveis que são disponibilizados por estes projetos oferecem facilidades de crédito e pagamento, para torna-los mais viáveis que as ofertas do mercado imobiliários tradicional, para atender com prioridade as famílias que recebem até três salários mínimos como renda mensal. Todos os estados brasileiros têm seus projetos de habitação social, porém além de todos seguirem mais ou menos os mesmos modelos, o país está longe de solucionar os problemas de moradia ou alterar o sistema de atendimento às populações para disponibilizar projetos que levem em consideração o conforto e a possibilidade das famílias pobres habitarem com dignidade.

Figura 01: Habitação social no Brasil



Fonte: Valor Político, 2020

1.1 Origens da habitação social no Brasil

O Estado Brasileiro passou a intervir tanto no processo de produção como no mercado de aluguel, deixando sob a responsabilidade do livre mercado a construção, financiamento e locação. Esta postura tinha como estratégia impulsionar a formação e fortalecimento de uma sociedade urbano-industrial, a qual entrou em prática no governo de Vargas. Desde o fim do período colonial até o final do século XIX, o índice de urbanização pouco se alterou no Brasil. Entre os anos de 1890 e 1920 cresceu aproximadamente 3% e foi somente no período entre 1920 e 1940 que o Brasil viu sua taxa de urbanização triplicar, chegando a 31,24% (SANTOS, 2009, p. 25). Tanto o processo de substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre quanto o aumento da industrialização tiveram influência no aumento da população urbana.

As moradias dos trabalhadores passaram a ser alteradas conforme ideais de higiene e economia, e a elite brasileira passou a ter interesses em primar pela saúde e bem estar da população proletária, percebendo que as epidemias originadas nos aglomerados urbanos pobres se alastravam pela cidade como um todo. Esse tipo de habitação se espalhou devido à abolição da escravatura, o rápido aumento populacional e o alto custo dos aluguéis devido à falta de habitações populares adequadas.

Com a proclamação da República (1889), ocorreram algumas políticas de expulsão das classes pobres das áreas centrais da cidade, utilizando como alegação de que os médicos higienistas assim o exigiam para a normatização das regras de higiene e um melhor controle sanitário da sociedade.

A política urbana adotada nessa época e ao longo da República Velha (1889 – 1930) pretendia embelezar as cidades para atrair investimentos estrangeiros nesse período da industrialização brasileira e, além disso, o centro das cidades passou a abrigar o comércio e serviços, expulsando dali as residências.

1.2 Qual o papel do arquiteto na habitação social?

Com a arquitetura social, arquitetos planejam e constroem moradias para as populações de baixa renda. Apesar desta faixa de público representar a maior parcela de habitantes do país, por falta de recursos, não têm acesso ao trabalho de um arquiteto. Por isto, assim como faltam melhorias nos projetos, faltam profissionais especializados para trabalhar na execução desta modalidade de projeto.

A função do arquiteto nesse tipo de habitação é sugerir materiais, técnicas construtivas e idéias de qualidade com valores acessíveis, além de analisar os planos diretores e iniciativas públicas abordadas. Também cabe ao arquiteto, verificar se os resultados estão sendo positivos ou negativos e onde deve ser alterado, colaborando não só com os novos projetos mas também nos anteriores.

1.3 A localidade das habitações sociais

Como é possível verificar na figura 02 a seguir, as moradias estão muito distantes dos núcleos urbanos, o que, de certa forma, impõe um confinamento às famílias que ali habitam já que a mobilidade urbana, além de precária, tem um alto custo para esta faixa de público. Paralelo a estes fatores, existe a divisão social entre ricos e pobres que prioriza os melhores terrenos para as classes com melhores condições financeiras e afasta as habitações sociais tanto quanto possível destas áreas para não desvalorizá-las. Este talvez seja o principal motivo das habitações sociais serem construídas nas periferias ou em locais de difícil acesso.

Para iniciar um processo de mudança neste sentido, existem alguns pontos a serem observados:

- a) Projetar habitações sociais para áreas mais próximas do núcleo urbano;
- b) Criar melhores condições de mobilidade urbana com o transporte mais barato.

Figura 02: Localização da habitação social.



Fonte: A Gazeta, 2020

1.4 Quais alterações podem ser feitas?

Depois de saber em que área seria edificado o projeto de habitações sociais, é muito importante saber para quem ele será construído. Que tipo de famílias irão viver ali? (tamanho das famílias, faixa etária das pessoas etc) Qual é a condição social destas pessoas (emprego, desemprego, maioria mães ou pais de família).

Por isto após a determinação da área seria importante fazer uma triagem dos candidatos, para que fossem habilitados conforme interesses pessoais por aquela área.

Após a triagem haveria o sorteio dos nomes das famílias habilitadas e depois deste sorteio seria aplicado um questionário que levantasse quais seriam as reais necessidades daquelas pessoas quando estivessem morando naquele conjunto habitacional.

As respostas deste questionário já dariam parâmetros para projetar junto aos órgãos públicos a mobilidade urbana e a instalação de serviços como escola, supermercado, farmácia etc. Só após estas etapas se executaria o projeto, com construções mais diversificadas, atendendo as necessidades das famílias, para construir moradias populares com qualidade e conforto, respeitando as condições financeiras e a dignidade dos cidadãos.

Conclusão

Este artigo explica o que é e o que poderia ser um projeto de Habitação Social e como os arquitetos atuam e poderiam atuar neles para atender a necessidade crescente de moradias para a população carente. Porém, tudo dependerá da iniciativa público-privada no sentido de alterar a forma de escolher os locais, adequá-los e criar um tipo de construção que respeite a dignidade humana e dê condições de conforto e saúde a esta população menos favorecida.

Dependerá desta parceria não só o cuidado com pessoas como significará uma economia expressiva para o poder público se forem avaliados fatores como saúde e insalubridade.

É sabido que o Brasil é um país que possui uma grande parcela de sua população em situação de baixa renda, com uma média mensal de rendimentos próxima aos três salários mínimos. Por esta razão, deveriam ser, no mínimo, triplicados os projetos para esta faixa de renda.

O fato de se levar em conta as necessidades individuais de cada família, remete ao tipo de construção que pode e deve ser adequado a cada uma delas, mesmo dentro dos padrões de baixa renda, em respeito à dignidade dos cidadãos.

Conclui-se, portanto, que os Programas de Habitação Popular no Brasil precisam ser melhorados qualitativamente para gerar diversidade nos projetos, porque com a ausência de uma política habitacional e urbana, haverá sempre má aplicação do dinheiro público e continuará a péssima qualidade de vida para a população de baixa renda.

Referencias Bibliográficas

BARRETO, Demis et al. A Arquitetura Popular do Brasil. Arquitetura Popular: Espaços e Saberes, 2010.

REIDY, Affonso. Inspire-se em 10 projetos de habitação sociais inovadores. VivaDecoraPRO, 2019.

RUBIN, Graziela et al. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. Periodicos.ufsm.com, 2014.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. 5ª Edição. 2ª Reimpressão. São Paulo, Edusp, 2009.

SIQUEIRA, Thaís; ARAUJO, Ronaldo. PROGRAMAS DE HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL. PERSPECTIVASonline, 2014.